

Proposta é criticada em Paris

REALI JÚNIOR
Correspondente

PARIS — O Plano Brady foi duramente criticado ontem em Paris durante um encontro sobre o tema da dívida externa dos países em desenvolvimento, organizado na Sala Medicis do Senado Francês. Para alguns dos participantes, ele foi considerado tímido, vago e insuficiente, não correspondendo ao que se esperava.

A discussão foi organizada pela Associação dos Jornalistas Especializados em América Latina e Caraíbas e reuniu dirigentes do Banco Mundial, FMI, Bid, economistas e sociólogos, entre eles, Ignacy Sachs e Alain Touraine da Escola de Altos Estudos Sociais de Paris, além do ex-ministro do Exterior da França e comissário dos países do Terceiro Mundo da Comunidade Européia, Claude Cheysson.

O economista Ignacy Sachs explicou que não vê como o peso da dívida dos países do Terceiro Mundo poderá ser aliviado com a aplicação do plano norte-americano. Ele lembrou: o problema principal é o da condicionalidade que deve ser associado ao debate sobre a dívida. A seu ver, o atual ajustamento estrutural exigido, traduzido por medidas de austeridade econômica, cedo ou tarde conduzem a revoltas

da fome como a recente ocorrida na Venezuela. A seu ver, continuamos diante de um neoliberalismo financeiro que esquece o problema da retomada do crescimento e de justiça social.

Ignacy Sachs, diretor do Centro de Estudos Brasileiros, criticou também o que chamou de "nova condicionalidade ecológica" que tentam impor ao Brasil na negociação da dívida, dizendo que a conservação de recursos, no caso a floresta Amazônica, representa apenas 1% do problema do meio ambiente, sendo que 99% estão na dificuldade de encontrar caminhos para o aproveitamento dos recursos sem destruição do ecossistema, isto é, um aproveitamento racional dos recursos existentes.

Os representantes do Banco Mundial e do FMI, o paquistanês Shahid Husain, vice-presidente para Assuntos da América Latina, e Sterle T. Beza, diretor do FMI para o hemisfério ocidental, defenderam soluções mais ortodoxas, entre elas o controle demográfico da população, associado ao crescimento econômico, como forma de superar a crise que atinge os principais países endividados, além de medidas clássicas de controle da inflação, que não pode passar os 20% anuais, e controle do déficit.